



Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich

Mestrado em Educação Pré-Escolar

RELATÓRIO FINAL

A Influência do Meio (rural ou urbano) na dinâmica da Instituição Pré-escolar

Sob orientação do Professor Doutor António Luís Montiel

Mafalda Torres Costa

Lisboa

Fevereiro, 2014

Para os meus pais

Agradecimentos

Todo o meu percurso de vida foi repleto de desafios e adversidades que me fizeram crescer e sobre os quais tive que refletir, decidir e muitas vezes, o que para mim é mais complicado, definir as minhas prioridades. Não foi fácil, mas felizmente não estive sozinha neste trajeto de que hoje tanto me orgulho. Assim sendo, quero agradecer a todos aqueles que, consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, contribuíram e colaboraram para o culminar deste processo.

Tive a honra de ter sido orientada pelo Professor Doutor António Luís Montiel, a quem agradeço todo o esforço, disponibilidade, dedicação e incentivo. A partilha de saberes e a sua atitude crítica e exigente tornaram-se elementos essenciais para o meu “crescer” pessoal e profissional. Mas principalmente, por não me deixar desanimar.

Não posso esquecer também as Professoras Celeste Ribeiro e Teresa Meireles que me acompanharam durante as minhas vivências práticas (estágios), pelos seus conselhos e críticas construtivas que melhoraram a minha postura e me auxiliaram a perceber alguns pormenores para os quais não estava tão desperta. Agradeço toda a atenção e compreensão nos momentos mais críticos e difíceis de gerir, devido à azáfama em que a minha vida se tornou este ano letivo.

A todos os professores e colegas, agradeço a partilha de saberes e experiências e os seus contributos para uma intervenção pedagógica de qualidade nos dois contextos de prática profissional.

Um agradecimento especial às equipas pedagógicas de creche (Infantário do Povo – Massamá) e jardim-de-infância (Centro Social e Paroquial de Colares) que me acolheram de braços abertos e me guiaram durante a minha intervenção. A amizade que criámos e que perdura foi essencial para um ótimo trabalho de equipa.

Aos «meus» bebés e às «minhas» crianças, agradeço o carinho e amor com que me receberam e tudo o que me ensinaram. Acreditem que vos guardarei sempre no meu coração com um carinho muito especial. Sentirei muitas saudades vossas.

Não posso deixar de agradecer, também, às instituições que se disponibilizaram para me receber e contribuir para a minha formação e às famílias, que tantas aprendizagens me proporcionaram. A vossa confiança e apoio no desenvolvimento do meu trabalho foram cruciais.

Finalmente, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos por todo o apoio e à minha família, pelo tempo de que sei que abdicaram, pela paciência e incentivo constantes. Aos meus pais, pelo amor incondicional e por todos os sacrifícios a que se

sujeitaram para me proporcionarem este momento; à minha avó, pelo encorajamento permanente; à minha irmã e cunhado pelas palavras certas no momento chave para que nunca desistisse; ao meu namorado, pelo carinho, amor, persistência e, principalmente, por me lembrar constantemente de quem sou e do que sou capaz; à minha grande amiga Patrícia Teixeira por ser incansável no apoio que me deu quando já estava prestes a desistir e sem força para acabar; e à minha comadre por toda a força que me deu e ânimo para que pudéssemos festejar juntas mais esta fase da minha vida.

A todos, um grande bem hajam.

Resumo

A Influência do Meio (rural ou urbano) na dinâmica da Instituição Pré-escolar

Este relatório surge no decorrer da Prática de Ensino Supervisionada (PES) que compreende as aulas da unidade curricular de Investigação em Educação e os estágios de primeiro e segundo semestres que realizei em creche e jardim-de-infância, respetivamente. É, portanto, resultado de um grande e trabalhoso percurso que muito me ensinou e auxiliou a refletir, com maior conhecimento de causa sobre algumas das questões que este tema me suscitou.

É objetivo deste trabalho ponderar o impacto que o meio tem, sobretudo, nas crianças, na dinâmica da escola e no papel do educador enquanto mediador e promotor de aprendizagens significativas. Para tal, é minha intenção chegar a alguns relatos reais (através dos inquéritos realizados a educadores cuja experiência já abarcou os dois contextos) e relacionar as suas opiniões com afirmações de autores de referência que já estudaram esta temática de um modo mais abrangente.

Com base neste documento pretendo, ainda, clarificar as vantagens e os inconvenientes de ambos os espaços e focar as grandes diferenças entre eles de modo a melhorar a atuação pedagógica. A intenção será diminuir o impacto das fragilidades e usufruir ao máximo das potencialidades de cada realidade.

Abstract

The influence of the environment (rural or urban) on Pre-school Institutions' dynamics

This report follows the Supervised Teaching Practice, comprehending Educational Investigation' lessons as well as first and second years' internships, which took place in a day care center as well as in a kindergarten. Thus, it results on an huge route which taught me a lot and helped me on the reflection on these subjects, knowing a little bit better the environment, as well as on some issues that this subject evoked.

My goal is to work on the impact that the environment in which children live in has on school' dynamics as well as the teacher's role – being a moderator and promoter of their knowledge. So, my aim is to get some real reports or stories (through a survey to the teachers who have experienced other contexts) and relate their opinions with reference author's statements, who studied this theme in a wider sense.

Based on this document, it is my aim to clarify the advantages and disadvantages of both spaces and focus on the differences between them, in order to improve the overall pedagogical performance. This will intend to reduce the fragilities' impact and maximizing the potential of each reality.

Léxico de Siglas

APEI – Associação de Profissionais de Educadores de Infância

ATL – Atividades de Tempos Livres

ESEIMU – Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

JI – Jardim de Infância

Índice Geral

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Léxico de Siglas.....	vii
Índice Geral	viii
Índice de Figuras	ix
Índice de Quadros	ix
Índice de Anexos	ix
Introdução.....	1
Enquadramento teórico	7
Metodologia de pesquisa	10
Análise e tratamento de dados	15
Considerações finais	22
Bibliografia.....	27
Anexos	29

Índice de Figuras

Figura 1 – Idade das inquiridas.....	15
Figura 2 – Anos de experiência das inquiridas.....	15

Índice de Quadros

Quadro 1 – Ano e escola de formação das inquiridas.....	16
Quadro 2 – Caracterização das instituições urbanas onde as inquiridas trabalharam.	16
Quadro 3 – Vantagens do JI urbano identificadas pelas inquiridas.....	17
Quadro 4 – Desvantagens do JI urbano identificadas pelas inquiridas.....	17
Quadro 5 – Caracterização das instituições rurais onde as inquiridas trabalharam	18
Quadro 6 – Vantagens do JI rural identificadas pelas inquiridas.....	19
Quadro 7 – Vantagens do JI rural identificadas pelas inquiridas.....	19

Índice de Anexos

Entrevista 1.....	30
Entrevista 2.....	32
Entrevista 3.....	34
Entrevista 4.....	36
Entrevista 5.....	38
Entrevista 6.....	40

Introdução

Este relatório surge no final do Mestrado em Pré-Escolar, na Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich (ESEIMU), com o intuito de descrever, ilustrar, explicar, fundamentar e avaliar, no sentido de interpretar e refletir o trabalho desenvolvido ao longo da minha formação enquanto educadora. Analiso o caminho percorrido de modo a contribuir para uma prática de educação e ensino cientificamente fundamentados. É resultado de um longo percurso teórico que envolve todas as unidades curriculares estudadas até então e que estão associadas a conhecimentos imprescindíveis na área da Educação, em geral, e da Educação pré-escolar, em particular. Este trabalho é, igualmente, fruto de um percurso prático, evocando todas as experiências de estágio em diferentes locais e respetivas realidades que presenciei e vivi.

Os estágios que realizei no último ano letivo serão o meu suporte de estudo/pesquisa, tendo o Infantário do Povo (Massamá) e o Centro Social e Paroquial de Colares como principais pontos de referência. Estas duas experiências foram bastante significativas, na medida em que me deram a conhecer duas realidades distintas com hábitos e formas de funcionar diferentes e foram, sem dúvida, desencandadoras desta minha investigação.

Numa tentativa de contextualizar a origem deste tema gostaria de esclarecer parte do meu percurso, pessoal e académico, pois creio que ilustra bem as razões que me remeteram às questões que me inquietam e que apresento de seguida.

Sempre vivi num meio rural com características muito próprias e, sempre que contactava com crianças/colegas oriundos de um meio urbano, sentia que certos princípios e valores eram distintos daqueles em que a minha educação se baseava. Nunca pensei nesta diferença como melhor ou pior mas sim, e unicamente, como diferente!

Nós somos moldados pela sociedade que nos rodeia e as experiências de vida a que estamos sujeitos e, por isso, acredito que também o meio onde se encontra uma escola pode influenciar as várias vivências das crianças e, conseqüentemente, a sua identidade e personalidade. De acordo com Vygotsky, “o saber é gerado a partir da prática social e é enquadrado cultural e historicamente. O processo de conhecimento é uma atividade social, gerada num processo de negociação e de consenso” (Vasconcelos, 1999, p.11). Constata-se, por isso, a natureza colaborativa associada ao desenvolvimento da criança.

Isto significa que a criança aprende em socialização, através das interações que estabelece com outros sistemas, principalmente nos contextos familiares e educativos.

Atualmente, cada vez mais se atribui à família e à escola um papel essencial no sucesso educativo das crianças e, neste contexto, as famílias têm vindo a desempenhar um papel crescente de agente interventor fundamental, pois constituem “a primeira instância educativa do indivíduo” (Homem, 2002, p.36).

Segundo Magalhães (2007), a escola e a família têm uma influência tão significativa no desenvolvimento e aprendizagem da criança, que explicariam, por si só, a importância da cooperação entre estes dois sistemas.

Na verdade o espaço escolar, em parceria com todos os agentes educativos, meio envolvente e família dos educandos, é uma área promotora de conhecimento e uma instituição que abarca várias práticas e situações que promovem um crescimento aos níveis pessoal, profissional, social, cultural, entre outros. Tal como Moss e Petrie (2002), citados por Teresa Vasconcelos (2006, pp. 3 e 4) referem, a escola pressupõe *Espaços das Crianças* e não *Serviços para as Crianças* que

são espaços físicos (certamente), mas são espaços simultaneamente sociais, culturais, discursivos – espaços criados como serviço público, lugares de vida cívica (...). Nestes lugares, as crianças encontram-se umas com as outras e com os adultos.

Tais lugares colocam o presente em primeiro plano mais do que pensarem no futuro: são parte da vida, não apenas uma preparação para a vida. São espaços para os temas de interesse das crianças, ainda que não excluam as “agendas intencionais” dos adultos. Nestes espaços as crianças são reconhecidas como cidadãs com direitos, membros participantes de grupos sociais de que fazem parte, agentes das suas próprias vidas, mas, também, interdependentes dos outros, co-construtoras de saberes, de identidades e de cultura, crianças que coexistem e convivem com as outras crianças, na base do que são, mais do que daquilo que possam vir a ser. Os espaços das crianças são para todas as crianças numa base democrática, cruzando diferentes grupos sociais. São espaços para a ‘criança total’ (Dewey), não para a criança seccionada de muitos ‘serviços para as crianças’.

A escola é, em última análise, o local onde as crianças aprendem e se desenvolvem e se preparam para a sociedade futura. Deste modo, é espetável que não se realizem somente aprendizagens curriculares, mas também se experienciem

comportamentos sociais, até porque a escola é “um local onde a criança aprende crenças, valores, regras e linguagem da sua própria cultura, mas também as da cultura dominante na qual vive, num estilo de aprendizagem adequado à sua paisagem pessoal ou cultural” (Polakow, 1993, citado por Vasconcelos, 1995, p.17)

O educador deve, então, saber articular todas as suas funções em prol do melhor para a criança. Assim, nos dias de hoje temos de continuar a ver a educação como algo que é suscetível de inovar a sociedade, precisando, primeiramente, de a transformar. Transformamo-la quando nós, futuros educadores, acreditamos naquilo que fazemos, acreditamos que estamos a formar futuros homens e mulheres capazes de encarar as exigências do mundo e da sociedade do amanhã e que **eles próprios** serão os novos motores da inovação.

Por outro lado, reconheço que “as experiências dos primeiros anos de vida têm uma influência poderosa nos vindouros” (Katz, 2006, p.17) e, por isso, a educação pré-escolar sempre me fascinou, precisamente por reconhecer que é nesta faixa etária em que podemos encontrar sinais para compreender importantes traços da personalidade de uma criança. Quero com isto dizer que para mim é bastante importante ensinar e incutir, por exemplo, o “se faz favor” e o “obrigado(a)”, sinais de boa educação, até aos pequenos gestos de partilha, respeito e solidariedade entre pares, que são reflexo de um trabalho continuado e que implica hábitos. Segundo Reyes (2010):

É necessário estabelecer limites, algumas normas básicas, algumas regras claramente definidas, que nos ajudem a todos a desenvolver e a alcançar os recursos que facilitem o nosso crescimento como pessoas, a nossa convivência como seres humanos, a nossa responsabilidade com o meio que nos rodeia, a nossa alegria, a nossa felicidade, a nossa sensibilidade...; em suma, que nos ajudem a «viver» a nossa vida. (Reyes, 2010, p.21)

Além disso, defendo a ideia de que estas regras de conduta dificilmente se “perdem”, se existir uma intervenção e enraizamento precoces, bem como uma preservação ao longo do crescimento e desenvolvimento da criança. Reyes (2010) realça que:

Quando dizemos que as crianças necessitam de orientações, normas, regras, limites, hábitos... não o dissemos para «anulá-las», muito pelo contrário, defendemo-lo e argumentamos a partir da convicção de que, graças a este modelo educativo, a criança de hoje poderá ser um adulto autenticamente «livre» nesse «difícil amanhã» que a espera. (Reyes, 2010, p.25)

Assim, e compreendendo que “os pais são os principais responsáveis pela educação das crianças” (Silva, 1997, p.43), torna-se fundamental fomentar a participação dos pais no processo educativo. Segundo Freire (1997), só a integração dos conhecimentos das famílias e a troca de saberes e experiências garante o sucesso de uma educação efetiva, na qual todos os atores refletem e produzem com criatividade e autonomia novas formas de conhecimento e percepção do mundo.

A ideia de proporcionar momentos marcantes e aprendizagens significativas, dotadas de intencionalidade pedagógica, enriquece a minha vida pois é nesta tarefa, enquanto mediadora e promotora, que me sinto realizada. Por isso, quando tive que escolher a área de ingresso no secundário não hesitei em optar pelo Curso Tecnológico de Ação Social da área de Humanidades, visto que implicava ter “Psicologia A” nos três anos (10º, 11º e 12º), que eu reconhecia como uma mais-valia, e um estágio final como auxiliar de educação, onde poderia contactar diretamente com o papel da educadora de infância e ficar com uma melhor noção se era mesmo esse o curso que eu desejava seguir posteriormente.

Felizmente a minha experiência de estágio como auxiliar foi bastante enriquecedora e pude confirmar este meu gosto em trabalhar com os futuros protagonistas da nossa sociedade. É um grande orgulho assistir e fazer parte do processo de evolução de cada um e sempre me imaginei ao longo da minha formação académica e, também, através do traquejo que se obtém nos vários estágios, a encontrar respostas para evidências que ainda não foram muito abordadas. Surge agora a oportunidade de aprofundar uma dessas temáticas que tanto me intrigam e de que gostava de obter dados e respetivas conclusões.

O tema “A influência do meio (rural ou urbano) na dinâmica da instituição pré-escolar” surgiu no meu segundo local de estágio (Colares, meio rural) quando me deparei com uma perspetiva diferente sobre a educação de infância. Esta perspetiva envolvia mais a comunidade e as instituições locais do que a escola onde eu tinha realizado o meu estágio anterior (Massamá), levando-me a questionar se estaria relacionado com o facto de Colares ser uma “aldeia”.

Todos nós temos plena noção que numa aldeia se conhece a maioria dos vizinhos, que há mais comunicação e entreaajuda entre os vários conterrâneos e que será bem mais fácil que surjam oportunidades de parcerias e apoios entre a instituição escolar e as empresas envolventes precisamente por ser um número mais reduzido do que quando se trata das características duma cidade.

Reconheço que são muitos os fatores que podem influenciar esta distinção: o meio envolvente, os agentes educativos e a sua formação, o facto de ser uma escola privada ou pública, a pedagogia praticada, entre outros. Após refletir em relação a todos estes fatores, aquele que me deixou mais dúvidas foi se, de facto, o meio envolvente à instituição escolar influencia a educação dessas crianças. Assim, as grandes questões deste estudo são:

- Quais são as grandes discrepâncias entre um Jardim de Infância urbano e um Jardim de Infância rural?
- Como colmatar estas discrepâncias em proveito das crianças?
- Quais são as principais estratégias para envolver a comunidade tanto num espaço como no outro?

Assim, quanto à sua organização, este trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos:

- 1) Diz respeito à revisão bibliográfica das teorias de literatura existentes sobre este assunto. Para que pudesse ter uma opinião mais fundamentada, decidi realizar um esforço inicial numa averiguação de diferentes fontes de pesquisa sobre o que já estava publicado sobre este assunto e que, direta ou indiretamente, me auxiliasse a focar a minha investigação, não repetindo o que já existia e dando um passo em frente. Com o tempo, fui-me apercebendo da escassez de informação sobre este tema e, por isso, centrei a minha pesquisa em dois autores que se debruçam especificamente, sobre o meio urbano e rural, respetivamente: Santos (1987) e Rakotomalala (1976).
- 2) Após esta longa consulta, decidi entrevistar pessoas que tenham vivenciado ambas as realidades e me possam dar o seu testemunho relativamente às diferenças que sentiram de um espaço e de outro (rural vs urbano). No fundo, permitiria constatar na prática aquilo que as teorias sugeriam. Esta ideia de questionar apenas quem tenha presenciado estas duas realidades e não o fazer separadamente, ou seja, quem só esteja no meio rural e nunca tenha experienciado o meio urbano e vice-versa deve-se precisamente ao facto de não poderem comparar com conhecimento de causa e, assim, fá-lo-iam apenas por suposições e, muitas vezes, com base em estereótipos e preconceitos. É neste sentido que surge o segundo capítulo, no qual faço um levantamento dos

métodos e técnicas utilizados para recolher e analisar os dados constantes neste relatório.

- 3) Neste capítulo procedo à apresentação da análise interpretativa dos dados recolhidos em função da problemática e das questões colocadas. Exponho tabelas e gráficos que sistematizam a informação recolhida através das entrevistas anteriormente mencionadas.
- 4) Por fim, apresento as minhas conclusões, respondendo ao problema e questões levantadas inicialmente. Procuro, de igual modo, fazer uma síntese reflexiva e avaliativa do trabalho realizado, salientando as aprendizagens mais significativas para o meu percurso profissional.

Enquadramento teórico

Para a execução deste capítulo pesquisei vários autores que referissem o seu parecer e as suas crenças acerca da envolvimento da escola com a comunidade.

Devo referir que não foi tarefa fácil visto que nem sempre fazem a distinção desta ligação no meio rural e no meio urbano. Assim, gostaria de partilhar um pouco daquilo que penso ver reforçado pelo que li dos vários autores. Embora Pierre Rakotomalala tenha escrito as citações que irei referir em 1976, é interessante perceber como continua adequado à nossa realidade:

Para que a escola se torne um centro de cultura e de desenvolvimento, é necessário que desenvolva a capacidade de pensar, de agir e de criar, e que seja animada não só pelo educador (cujas formação terá sido readaptada para este efeito), mas também por todos os agentes do desenvolvimento: o instrutor agrícola, o quadro do serviço de saúde, o técnico industrial, o trabalhador manual. Servir-se-á de todos os recursos locais: agricultores, criadores de gado, pescadores, tecelões de tapetes. Claro que não se deve pôr de parte o recurso aos livros e à documentação, às emissões radiofónicas (ou televisivas, quando possível), à imprensa, etc.” (Rakotomalala, 1976, p. 31).

É curioso aperceber-me da dinâmica que já queria ver imposta na educação. Nota-se que defendia a necessidade de serem as crianças a experimentar e explorar as suas aprendizagens pois considerava que se devia “exercitar o «aprendiz» por meio de atividades concretas. Fazer é aprender, e inversamente. O ato favorece o desenvolvimento do pensamento. Aliando a teoria à prática, o «aprendiz» assimila os princípios científicos a partir da sua própria experiência e, ao mesmo tempo, aplica os seus conhecimentos à ação” (Rakotomalala, 1976, pp. 31 e 32).

No fundo, transpondo para o nosso quotidiano, podemos fazer uma certa analogia com a metodologia High/Scope, que define a aprendizagem pela ação como “a aprendizagem na qual a criança, através da sua ação sobre os objetos e da sua interação com pessoas, ideias e acontecimentos, constrói novos entendimentos” (Hohmann & Weikart, 2009, p.22).

Esta abordagem concebe a aprendizagem como “um processo no qual as crianças agem sobre, e interagem com, o mundo imediato de forma a construírem um conceito de realidade cada vez mais elaborado” (Hohmann & Weikart, 2009, p.21). Nesta perspetiva, a aprendizagem é uma experiência social, tornando-se evidente a

importância de reconhecer que a criança já tem uma história antes de entrar para o jardim-de-infância e está inserida numa família e numa comunidade, de modo a facilitar uma abordagem mais globalizante ao desenvolvimento e aprendizagem.

Triangular todas estas informações e desenvolver uma prática de qualidade não é fácil e, por isso, partilho a ideia de que “a educação das crianças, a nossa própria educação, é seguramente a tarefa mais difícil que o ser humano enfrenta” (Reyes, 2010, p.27).

Por outro lado, sabendo que a personalidade de cada um de nós se forma desde bem cedo e que é fruto das experiências a que somos sujeitos, creio ser pertinente ponderar acerca do “peso” que tem o meio que nos envolve, seja ele rural ou urbano, na nossa maneira de ser e de olhar para o mundo. Será que este fator nos influencia? Será determinante no nosso crescimento enquanto seres humanos e cidadãos? Pois bem, tornam-se demasiado abrangentes estas questões e, nesse sentido, optei por me debruçar mais diretamente na criança e naquilo que as educadoras conseguem proporcionar no contexto pré-escolar em cada uma das realidades (rural e urbana), visto que será esse o meu papel futuramente. Para que possa ser dinâmica tenho que partir do pressuposto que “(...) o meio social envolvente – localidade ou localidades de onde provêm as crianças que frequentam um determinado estabelecimento de educação pré-escolar, a própria inserção geográfica deste estabelecimento – tem também influência, embora indireta, na educação das crianças.” (Silva, 1997, p.33)

Antes de mais creio ser essencial definir bem esta questão do meio rural e do meio urbano na visão da criança. Embora nós, adultos, tenhamos consciência das características que assumem cada um destes espaços é importante que pensemos sempre na visão da criança e o que assimila daquilo que a rodeia. Tal como refere Raquel Santos “o espaço urbano não é completamente percecionado e sintetizado pela criança, esta tem uma noção fragmentada, isolando detalhes que não integra no todo” (1987, p. 15). Pode-se deduzir, portanto, que tal não seja tão visível no campo, visto que o espaço não se verifica tão complexo e a existência dos pontos de referência (por exemplo: a sua casa, a praça, a igreja/capela, o coreto, o chafariz, o largo, etc.), para a criança se organizar espacialmente, facilitam este processo. A autora refere também que neste contexto, é possível a criança viver mais facilmente em simbiose com o meio face à estrutura espacial ser mais homogénea. O facto de todos se conhecerem e relacionarem nestes meios pequenos faz com que a criança se sinta protegida e se integre na vida comunitária desde cedo. Estas ideias parecem um pouco sem fundamento e por vezes dispersas precisamente porque “é difícil determinar com rigor qual a imagem que a criança tem do espaço construído, porque as suas respostas ou

os seus desejos exprimem valores e atitudes, veiculadas pelo meio sociocultural onde se insere e de onde provém.” (Santos, 1987, p. 17 e 18)

É um dado adquirido o de que ambos os espaços têm os seus prós e contras e este estudo pretende perceber como é que podemos manobrar este fator e dinamizar ao máximo os recursos que temos em prol e benefício das crianças. Assim sendo, é importante que se recorra a “um ensino integrado nas realidades concretas da comunidade e do ambiente [pois] colhe daí, em grande parte, o seu objetivo e os seus temas, e prepara os jovens e os adultos para ocuparem um lugar, pelos seus próprios meios, na vida e na sociedade, fazendo-os descobrir e compreender o mundo que os rodeia e ajudando-os a atuar sobre ele” (Rakotomalala, 1976, p. 50).

Fica então a ideia de que se deve “partir dos problemas do meio e orientar o ensino com vista a resolver estes problemas. É o meio e o seu desenvolvimento que interessam, em primeiro lugar, à criança e ao adulto” (Rakotomalala, 1976, p.31). Visto isto faz todo o sentido, a meu ver, investir numa educação dinâmica a par com a sociedade/comunidade envolvente à instituição escolar de modo a dar sentido e valor às aprendizagens das crianças e para que estas se sintam mais implicadas no seu próprio processo de aquisição de conhecimentos.

Metodologia de pesquisa

Entendendo que a “recolha de informações pode ser definida como o processo organizado posto em prática para obter informações junto de múltiplas fontes, com o fim de passar de um nível de conhecimento para outro” (De Ketele & Roegiers, 1999, p.17), neste capítulo tenciono explicar e esclarecer a razão das minhas escolhas para investigar sobre esta temática. Para tal, farei uso de algumas citações presentes no livro *Investigação em Educação* de Alberto Sousa. O autor recorda que, já em 1991, Bogdan e Biklen designavam por *Investigação Qualitativa* a abordagem de uma metodologia de investigação que enfatizasse a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais (Sousa, 2005).

Optei, portanto, por uma investigação qualitativa em prol de uma quantitativa, visto que não seria possível alcançar uma amostra suficiente e credível onde me pudesse basear. Estaria, por isso, a generalizar e a afastar-me da realidade. “(...)Os estudos deste tipo [qualitativo] procuram compreender os mecanismos, o *como funcionam* certos comportamentos, atitudes e funções.” (Sousa, 2005, p. 31). Ou seja, corresponde ao tipo de investigação que eu pretendia, pelo facto de me basear em descrições pessoais e opiniões das educadoras entrevistadas.

A primeira entrevistada é a mais nova de todas e com menos experiência (3 anos de serviço), a segunda embora tenha 37 anos e terminado o seu curso em 2003 tem apenas 5 anos de serviço. As 4 entrevistas restantes são todas colegas no Centro Social e Paroquial de Colares e todas elas com bem mais tempo de experiência (entre 13 e 15 anos de serviço) e com faixa etária entre os 35 e os 40 anos.

Muitas vezes acabo por evidenciar o meu ponto de vista e revejo o meu papel, enquanto investigadora, quando o autor refere que “algumas investigações são essencialmente exploratórias, não sendo guiadas por hipóteses porque o investigador não pode possuir à partida uma compreensão do fenómeno que começa a estudar nem das relações entre os fatores que eventualmente possam existir.” (Sousa, 2005, p.30). Assim, a escolha desta metodologia prende-se, principalmente, com o facto de permitir a participação de todos os implicados na investigação. Neste sentido, mais do que “investigar”, tive também a oportunidade de participar nos dois contextos educativos, desenvolvendo um ponto de vista interpretativo e dialógico sobre a realidade estudada.

Quero com isto dizer que, quando me lancei neste desafio de investigar sobre o tema que escolhi, não compreendia o suficiente sobre a temática para perceber o que

iria abarcar. Portanto, esta investigação tornou-se uma exploração constante de novos saberes e diferentes visões e posições sobre o mesmo assunto.

Considerando que

procurar compreender, procurar descrever, explorar um novo domínio, pôr ou verificar uma hipótese, avaliar as prestações de uma pessoa, avaliar uma ação, um projeto, ..., são alguns dos passos fundamentais cujo êxito está, antes de mais, ligado à qualidade das informações em que se apoiam (De Ketele & Roegiers, 1999, p.11)

E tendo em conta a enorme diversidade de técnicas existentes para a recolha de dados, a privilegiada foi a utilização de entrevistas, uma vez que permite conhecer “o sentido que os atores dão às práticas e aos conhecimentos com os quais se veem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas (...), as leituras que fazem das suas próprias experiências” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.193). Segundo De Ketele & Roegiers (1999), “a entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas (...), com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos ou representações” (p.22).

Assim, optei por elaborar uma entrevista semiestruturada, de modo a obter respostas concretas, mas onde fosse possível também explicarem um pouco melhor o porquê de tal opinião. A ideia seria evitar respostas fechadas em que só se responde sim ou não e que, por outro lado, não se alongassem demasiado nas suas justificações.

Neste tipo de entrevista “há uma certa orientação, geralmente no início, deixando que o entrevistado siga depois a sua linha de raciocínio, intervindo apenas nos momentos em que o sujeito possa estar a desviar-se do assunto em questão” (Sousa, 2005, p.249) e esta estrutura emprega-se “(...) em situações onde há a necessidade de explorar a fundo uma dada situação vivida em condições precisas.” (*ibidem*, p. 249). Nunca senti necessidade de focar as entrevistadas quanto à temática pretendida e creio ter conseguido obter as opiniões das mesmas de forma precisa e concisa quanto à especificidade das suas experiências em ambas as realidades.

De seguida, faço uma descrição mais pormenorizada das entrevistas que preparei, enumerando os meus objetivos em cada questão.

No cabeçalho inicial do inquérito pretendia ter acesso a dados que considero relevantes tais como:

- a idade da inquirida;

- os seus anos de serviço, que remetem para a experiência de cada uma e onde creio ser possível credibilizar mais as opiniões pois, consoante mais anos de vivências maior será também o traquejo;
- a escola onde se formaram enquanto profissionais de educação, uma vez que este fator pode explicar muito do seu método de trabalho e pedagogias adotadas;
- o ano em que terminou o curso visto que a evolução do ensino universitário também implicou diversas alterações no currículo e consequentemente na carreira profissional.

As questões 1 e 2, relativas às instituições de área urbana e rural onde as entrevistadas trabalharam, respetivamente, pretendia:

- fazer um levantamento dos espaços rural e urbano onde estiveram podendo, inclusivamente, constatar se se tratavam de escolas destas duas realidades distintas;
- saber a duração de cada uma destas vivências e qual o tipo de instituição sendo que o funcionamento e as logísticas de uma escola privada nem sempre se assemelham aos de uma escola pública;
- perceber a quantidade de crianças por grupo, para verificar a facilidade ou dificuldade em tomar iniciativas de sair das escolas visto que, por exemplo, um grupo pequeno pode ser uma mais-valia quando se trata de uma visita a um local perto na comunidade envolvente (por não implicar a presença de tantos adultos a acompanhar) mas, por outro lado, também pode ser considerada uma desvantagem se quiserem fazer uma viagem num autocarro alugado para mais longe e tiverem custos superiores (por serem poucos, maior será o custo por cada um).

Nas questões 3 e 4, relativas às vantagens identificadas no trabalho em jardim de infância urbano e rural, o objetivo era:

- perceber quais as vantagens que as entrevistadas sentiram em cada um dos dois espaços, precisamente por serem urbanos ou rurais. Quero com isto dizer que não me interessavam comparações entre tipos de instituições ou

métodos adotados, mas sim pelas suas características intrínsecas, ou seja, por serem espaços urbanos ou rurais.

As questões 5 e 6 são exatamente do mesmo formato que as duas anteriores, mas referentes aos inconvenientes encontrados em ambas as realidades. O foco era novamente as características do local, urbano ou rural.

A última questão apresentava cinco alíneas que correspondiam a diferenças relevantes entre um jardim-de-infância rural e um urbano, diferenças essas que apontei por considerar serem as mais comuns:

- valorização da profissão de educadora,
- relações de parceria e colaboração com instituições da zona envolvente,
- participação das famílias na vida do jardim de infância,
- visitas de estudo e
- capacidades e interesses das crianças.

Teriam que mencionar qual ou quais sentiram mais e justificar. Aqui, tornou-se possível avaliar quantitativamente as suas opiniões embora as justificações fossem, por vezes, divergentes.

De um modo geral, este inquérito permitiu-me ficar alerta para algumas questões sobre as quais ainda não tinha refletido e pude perceber que certas opiniões dependem da “história” de cada indivíduo, ou seja, fez-me valorizar ainda mais as informações de cabeçalho visto que a experiência de cada uma conta nas suas opiniões, tal como a idade e o local de formação.

Importa ainda salientar que todas as técnicas de recolha de dados, em particular, e este documento, em geral, procuram respeitar os princípios éticos e deontológicos especificados na Carta de Princípios para uma Ética Profissional definidos pela Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI), nomeadamente o respeito pelas competências, opiniões e trabalho das entrevistadas. Prezei sobretudo o respeito pelo outro que, segundo Burbules (1993), “é ainda mais importante do que a igualdade: uma atitude de respeito pode manter uma relação mesmo no meio de grandes diferenças, saberes, valores, crenças” (citado por Vasconcelos, 2004, p.116).

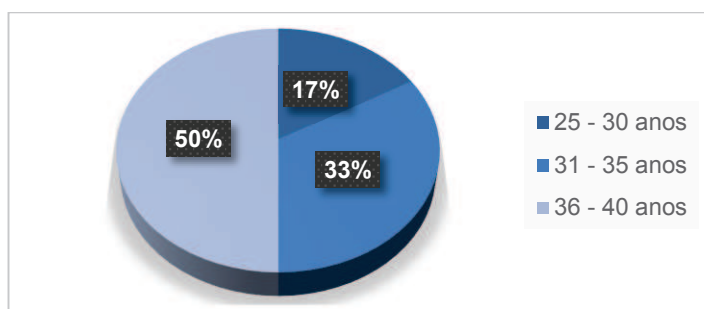
A garantia da privacidade e confidencialidade de todos os sujeitos foram asseguradas através do consentimento informado: as inquiridas autorizaram a publicação integral das suas respostas, no âmbito de uma investigação educacional.

Análise e tratamento de dados

Como referi anteriormente, para a recolha de dados nos quais pudesse basear a minha investigação optei por inquirir 6 educadoras que tivessem estado, pelo menos, um ano em cada um dos contextos para que a sua opinião pudesse ter o maior grau de relevância possível. Responderam a uma série de questões que me auxiliaram a obter uma melhor perceção das vantagens e inconvenientes de se trabalhar em cada um destes meios. Quero, portanto reiterar que se trata de uma investigação qualitativa e não quantitativa. Embora dificulte a análise, creio ter sido a melhor opção, uma vez que me aponta diferentes pontos de vista que, como será possível perceber de seguida, têm vários aspetos em comum. É possível consultar todos as entrevistas nos anexos deste documento.

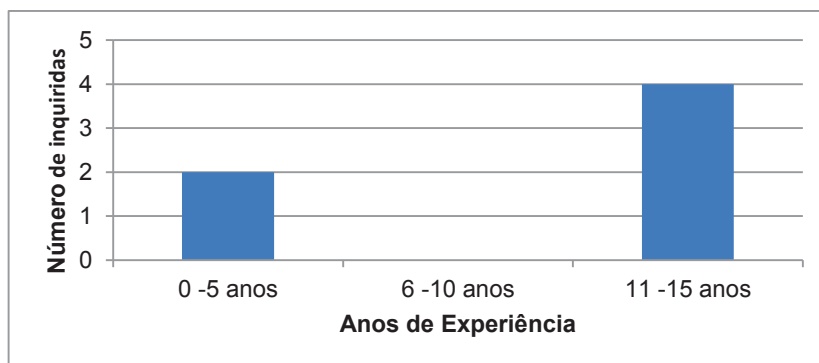
As entrevistadas são todas do género feminino, a faixa etária situa-se entre os 25 e os 40 anos de idade e os seus anos de serviço variam entre os 3 e os 15 anos (cf. Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Idade das inquiridas



Fonte: elaboração própria, a partir da análise das entrevistas

Figura 2 – Anos de experiência das inquiridas



Fonte: elaboração própria, a partir da análise das entrevistas

São três as escolas de formação: Escola Superior de Educação de Lisboa, Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich e Instituto Superior de Ciências Educativas. Os anos das formações variam desde 1997 até ao ano de 2010.

Estamos, por isso, perante diferentes gerações e diferentes escolas de formação, o que pode implicar metodologias e pedagogias distintas e, com certeza, os diferentes anos em que ocorreram também foram alvo de reformas educacionais (cf. Quadro 1).

Quadro 1 – Ano e escola de formação das inquiridas

Escola de Formação	Ano em que finalizou o curso
Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich	2000
	2010
Escola Superior de Educação de Lisboa	1999
Instituto Superior de Ciências Educativas	1997
	1998
	2003

Fonte: elaboração própria, a partir da análise das entrevistas

Relativamente às instituições de **áreas urbanas** temos a Santa Casa da Misericórdia de Sintra (Portela de Sintra), o Bibijoca (Rio de Mouro), a Escolinha do Largo (Cascais), o Sítio do Pica-Pau Amarelo (Lisboa), uma escola na Amadora e outra no Cacém, cujos nomes não foram mencionados. Destes exemplos, quatro correspondem a escolas privadas, uma pública e uma IPSS). Os anos de experiência neste contexto variam entre 1 e 5 anos e meio (cf. Quadro 2).

Quadro 2 – Caracterização das instituições urbanas onde as inquiridas trabalharam

Nome da Instituição	Tipo de Instituição	Duração da experiência	Número de crianças
Bibijoca	Privada	1 Ano	24
Sítio do Pica-Pau Amarelo	Privada	1 Ano	18
Santa Casa da Misericórdia de Sintra	IPSS	2 Anos	18
A Escolinha do Largo	Privada	2 Anos	18
Amadora	Privada	2 Anos	16
Cacém	Pública	5 Anos e meio	20/25

Fonte: elaboração própria, a partir da análise das entrevistas

Entrando no corpo principal da entrevista, a pergunta sobre “quais as vantagens que encontrou no JI urbano por ser urbano?” encontraram as seguintes respostas:

Quadro 3 – Vantagens do JI urbano identificadas pelas inquiridas

Vantagens	Número de referências
Maior número de crianças	1
As crianças serem mais assíduas e pontuais ¹	1
Maior respeito e valorização do papel da educadora	1
O vocabulário das crianças é mais rico e variado	1
Estar mais perto dos grandes centros e não necessitar de transportes tão dispendiosos comparativamente com o meio rural	2
Espaço mais abrangente, logo mais locais para visitar	3
Não encontrou vantagem específica	1

Fonte: elaboração própria, a partir da análise das entrevistas

Relativamente à questão: “quais são os inconvenientes que encontrou no JI urbano por ser urbano?”, foram dadas as seguintes respostas:

Quadro 4 – Desvantagens do JI urbano identificadas pelas inquiridas

Desvantagens	Número de referências
Indisponibilidade por parte dos familiares para as iniciativas escolares	1
Menos parcerias com outras instituições	1
Falta de comunicação direta com os pais, face aos seus horários: reuniões ou comunicação de recados	1
Dificuldade em deslocar-se para o exterior a pé devido aos perigos e riscos a que este espaço está sujeito	2
As crianças passam muito tempo na escola e desde muito pequenas	2
Não encontrou nenhum inconveniente específico	1

Fonte: elaboração própria, a partir da análise das entrevistas

¹ Face à vida dos seus pais que assim o exige pois sabemos que cada vez mais “o sistema educativo pré-escolar substitui em muitos casos os pais, especialmente nas cidades onde a *Instituição* “avós” já pouco existe.” (Cordeiro, 1991, p.33)

Através desta breve análise acerca do **meio urbano** podemos refletir acerca do *stress* diário a que os mais pequenos estão sujeitos visto que “para muitas crianças, a vida começa às seis da manhã: levantar-se, arranjar-se, sair de casa às sete, passar mais de uma hora no carro e aturar o mau humor dos pais, todo o dia na ama ou na creche e à tardinha percorrer o mesmo caminho, chegar a casa depois das nove, com vontade de dormir ou mesmo a dormir... para recomeçar tudo na mesma no dia seguinte” (Cordeiro, 1991, p.33). Ao mesmo tempo, é importante perceber que nem tudo é mau, visto existirem “(...) aspetos positivos na cidade, verdadeiros fatores protetores que importa desenvolver e acarinhar: o Jardim Zoológico, os museus, os monumentos que atraem os turistas, melhores hospitais e um leque maior de opções de ensino, etc.” (Cordeiro, 1991, p.34).

As instituições das **áreas rurais** são o Colégio Moranguito (Carrascal) e o Centro Social e Paroquial de Colares em cinco dos casos, sendo que uma das educadoras não pertence ao jardim-de-infância de Colares (sede) e sim a um jardim-de-infância cuja entidade é a mesma, mas que se encontra numa outra aldeia (Almoçageme) da freguesia (Colares). Os anos de experiência neste contexto variam entre 1 e 12 anos (cf. Quadro 5).

Quadro 5 – Caracterização das instituições rurais onde as inquiridas trabalharam

Nome da Instituição	Tipo de Instituição	Duração da experiência	Número de crianças
Centro Social Paroquial de Colares	IPSS	1 Ano	50 (ATL)
Centro Social Paroquial de Colares	IPSS	3 Anos	17
Moranguito	Privada	4 Anos	20
Centro Social Paroquial de Colares	IPSS	10 Anos	20
Centro Social Paroquial de Colares	IPSS	10 Anos	20
Centro Social Paroquial de Colares	IPSS	12 Anos	21

Fonte: elaboração própria, a partir da análise das entrevistas

Como vantagens do meio rural, as inquiridas referiram:

Quadro 6 – Vantagens do JI rural identificadas pelas inquiridas

Vantagens	Número de referências
Mais parcerias com instituições envolventes	2
Maior contato com a Natureza e possibilidade de exploração desses espaços, desenvolvendo atividades variadas	2
Ambiente mais acolhedor, onde se envolvem as famílias e a comunidade	3
Mais disponibilidade e participação por parte das famílias	4

Fonte: elaboração própria, a partir da análise das entrevistas

Como inconvenientes relatam:

Quadro 7 – Desvantagens do JI rural identificadas pelas inquiridas

Desvantagens	Número de referências
O vocabulário das crianças é menos rico e variado	1
Dificuldade em gerir e propor passeios devido a questões financeiras	2
Os familiares “abusam” do ambiente acolhedor que se vive neste contexto para opinar sobre a prestação das educadoras sem fundamento nem conhecimento de causa, para extrapolar regras e para não trazerem as crianças pontualmente e dentro do tempo de tolerância	4

Fonte: elaboração própria, a partir da análise das entrevistas

Assim, fazendo um breve balanço destas opiniões que foram expostas acerca do **meio rural**, considero ser importante perceber que “(...) nas áreas rurais há também cultura – porque cultura não é sinónimo de alfabetização – e o contato entre os dois mundos, recíproco e bívoco, é fundamental (...) [e que] muitas crianças do campo não sabem distinguir um leão de um tigre, mas haverá as que, na cidade, não sabem a diferença entre uma cabra e uma ovelha” (Cordeiro, 1991, p.34). Outro aspeto a fixar será que é importante delinear, desde cedo, até onde se quer deixar que os pais intervenham no contexto escolar... é saudável e positiva esta participação desde que

não saia do controlo do educador e da equipa pedagógica pois pode tornar-se, como pudemos entender pela análise, um incómodo e despropositado.

A última questão do inquérito perguntava se teriam identificado diferenças relevantes entre o JI rural e o JI urbano, apresentando cinco aspetos e pedindo que os descrevessem em caso afirmativo.

- O primeiro referia a “valorização da profissão de educadora”, ao qual duas inquiridas responderam afirmativamente mas com opiniões opostas – uma referia ser mais valorizada no meio rural e outra no meio urbano;
- Na segunda questão eram evidenciadas as relações de parceria e colaboração com instituições da zona envolvente e duas educadoras referiram ser no meio rural que se verificam mais relações de parceria com outras instituições, embora uma delas acrescentasse que esta relação é mais difícil por motivos logísticos;
- Na questão três, sobre a participação das famílias na vida do jardim de infância, três responderam que é no meio rural que se verifica maior envolvimento;
- Na alínea quatro, correspondente a visitas de estudo, quatro inquiridas responderam que é mais fácil realizar visitas no contexto urbano devido à proximidade e conseqüente facilidade de transporte e minoria de custos. No meio rural, os custos de deslocação funcionam como um “entrave” para estas iniciativas de um modo mais regular;
- A quinta alínea remetia para as capacidades e interesses das crianças, na qual apenas uma educadora afirmou que “as capacidades e os interesses são distintos e variados. Penso que talvez as crianças das cidades são mais vocacionadas para o Mundo Global em que vivemos e as do meio rural mais apegadas à cultura do meio envolvente” (consultar entrevista 5, p. 39)

Após o tratamento dos dados recolhidos, podemos atestar que as diferenças que mais sobressaem nos meios rural e urbano dizem respeito a questões económicas, que se prendem essencialmente com a maior (im) possibilidade de saídas ao exterior, e, fundamentalmente, ao envolvimento das famílias na vida do jardim de infância.

É interessante perceber que apesar de se verificar um ambiente mais acolhedor no meio rural, é no meio urbano que a profissão do educador é mais reconhecida. Acredito que a relação escola-família se deve basear numa abordagem interativa, na

qual existe um respeito mútuo e genuíno, entreajuda, reciprocidade, complementaridade e, sobretudo, objetivos comuns, evidenciando que a missão de educar é partilhada por todos (Davies, Marques & Silva, 1993).

Neste sentido, torna-se importante realçar que educador (incluindo outros elementos da equipa pedagógica) e famílias devem, sobretudo, reconhecer o papel de cada um na educação das crianças e perceber que esse desempenho é essencial para uma prática de qualidade.

Considerações finais

"A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe."

(Jean Piaget)

Neste capítulo pretendo realizar uma análise reflexiva do meu percurso, ao longo da minha formação enquanto futura educadora. O caminho trilhado esteve repleto de dúvidas, receios, incertezas e medos que se foram transformando em constantes tentativas de melhoria da minha prática. Por isso, tenho a plena noção de que só um "continuum de experiências" (Dewey, 1938, citado por Vasconcelos, 1987, p.16) me permitirá um progressivo conhecimento de mim própria e, conseqüentemente, a melhoria das minhas fragilidades e da minha intervenção, garantindo uma prática de qualidade.

Em retrospectiva, penso que a realização deste relatório fez com que organizasse as minhas ideias e refletisse sobre o que é para mim a educação, o ato de educar e o educador.

Segundo o artigo 13º do *Pacto Internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais* (1966), a educação

deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido da sua dignidade e reforçar o respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. (...) Deve habilitar toda a pessoa a desempenhar um papel útil numa sociedade livre, promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais, étnicos ou religiosos (Monteiro, 2005, p.121)

Assim, a educação tem como objetivo preparar o indivíduo para viver numa sociedade em constante mudança e evolução, "como ser autónomo, livre e solidário" (Silva, 1997, p.20).

Neste sentido, e acreditando que "é na vida e pela vida (...) que o ser humano se revela; é para a vida, portanto, que a escola existe" (Santos, 1968, p.128), tenho consciência de que a escola é mais do que um espaço físico que perdura no tempo; "a escola é um local de vida" (Neves, 2006, p.12), no qual se estabelecem relações de

dependência, poder e de afetos entre os diversos atores (crianças, educadores, pessoal não docente, técnicos, famílias e outros intervenientes).

Através deste estudo fiquei mais sensibilizada para a responsabilidade que o educador tem enquanto mediador. É necessário que conheça bem o que o rodeia, que descubra as fragilidades de modo a proteger as crianças e, igualmente, as potencialidades do espaço para que as possa explorar e tirar o melhor proveito possível. Deve integrar tudo isso no seu projeto pedagógico e alargar os horizontes das crianças, evitando limitá-las ao espaço físico da sala e da escola. De facto, esta constitui-se como uma das minhas principais aprendizagens: o educador é um mediador no processo de ensino-aprendizagem, um “gestor e construtor do currículo” (Silva, 1997, p.7). Juntamente com o grupo, programa, orienta, organiza e proporciona atividades adequadas às necessidades e interesses das crianças. O seu papel é ajudar a relacionar os novos conhecimentos com os anteriores, favorecendo a procura, adaptação e criação de novos caminhos. Neste sentido, ao longo de toda a prática, consegui rever-me na metáfora da viagem de Kliebard (citado por Vasconcelos, 1990): “o currículo é uma estrada por onde as crianças viajam, sob a orientação de um guia e um companheiro experimentado, o educador” (p.19). Esta estrada é feita de curvas e contracurvas, que simbolizam os percursos individuais de cada criança. Segundo esta perspetiva, tentei estimular, respeitar e provocar o desenvolvimento e a aprendizagem, acreditando que todos nós aprendemos em interação com os outros. Procurei, portanto, encontrar os instrumentos necessários para chegar a todas as crianças e transformar o caminho de cada uma num desafio constante.

Efetivamente, a educação pré-escolar deve preparar as crianças para um futuro escolar com sucesso, o que nos leva à importância de refletir sobre as intenções que o educador tem quando planifica a sua ação. Neste sentido, “esta intencionalidade exige que o educador reflita sobre a sua ação e a forma como se adequa às necessidades das crianças e, ainda, sobre os valores e intenções que lhe estão subjacentes” (Silva, 1997, p.93). Assim, as intenções do educador espelham as experiências a que dá mais importância e, necessariamente, as que são mais significativas, ricas, desafiadoras e estimulantes para o grupo.

Partilho a opinião de que “ambos os ambientes [rural e urbano] têm defeitos e virtudes. Não devemos emitir qualquer juízo de valor, mas simplesmente identificar problemas e desenvolver programas para os resolver e para promover saúde e qualidade de vida” (Cordeiro, 1991, p.34). Isto demonstra o peso e relevância do papel do educador, uma vez que é ele quem medeia e pondera quanto à validade e pertinência de cada decisão que toma.

Concomitantemente, penso que o educador deve ser um “modelo real, autêntico, verdadeiro, com a sua força e as suas fraquezas, [um] ser humano, não herói ou santo” (Vasconcelos, 1987, p.18). Na verdade, o educador será sempre um “incontornável modelo de referência” (Estrela, 1999, p.28) que as crianças quererão seguir e, por isso, deve estabelecer-se um clima securizante, que permita à criança sentir-se segura, apoiada e valorizada, como membro de uma sociedade.

E porque é muito mais do que transmitir conhecimentos, educar implica, assim, muita exigência e rigor por parte do educador, que deve conduzir a criança pelo saber, reforçando a sua capacidade crítica e ajudando-o a tornar-se criador, investigador atento e persistente (Freire, 1997).

Apesar da reduzida dimensão deste estudo², que não me permite extrapolar demasiadas conclusões, considero que foi um trabalho bastante produtivo, na medida em que as opiniões recolhidas corresponderam à literatura a que tinha tido acesso. Como é possível constatar ao longo desta análise, já em 1991, o autor Mário Cordeiro revelava as discrepâncias que as educadoras que entrevistei vêm agora reforçar. Não obstante todas as diferenças verificadas pelas entrevistadas, a verdade é que a maioria se prende com aspetos relacionais entre a escola e as famílias. Por isso é importante ter consciência de que “o estreitamento de relações entre a escola e as famílias provoca geralmente um melhor conhecimento mútuo, eliminando, assim, barreiras, aliviando tensões, reduzindo resistências” (Silva, 1996, p. 23).

Efetivamente, as diferenças entre os mundos rural e urbano podem complementar-se e enriquecer as experiências dos mais pequenos a partir do momento em que se dê a conhecer as duas realidades pois “as crianças entre os 4 e os 6 anos veem coisas que nós adultos não somos capazes de ver. Talvez por isso a grande aposta se possa fazer, nas crianças destas idades, mais sensíveis ao novo, com menor resistência ao diferente” (Santos, 1987, p. 19). O crescimento de cada um implica também esta disponibilidade para o que é distinto dos nossos hábitos e costumes e para que possamos fazer as nossas escolhas e adotar o nosso próprio conceito acerca das coisas e daquilo que queremos preservar como referência para o futuro. Na vida urbana é possível ver e viver momentos e sensações que o meio rural não nos oferece, assim como na aldeia podemos adquirir costumes e recordações que na cidade se vão desprezando, ou seja, “(...) o aspeto mais ameaçador da vida na cidade e que ainda se

² A reduzida amostra prende-se com o facto de existirem poucas educadoras com experiência em ambos os contextos.

preserva na vida rural: a defesa das raízes culturais e das tradições” (Cordeiro,1991, p.33).

É determinante que o educador valorize e procure a *formação ao longo da vida*, continuando a atualizar o seu *know-how* e integrando novas perspectivas. Tendo em conta que existem sempre novas ideias, programas, estudos e dinâmicas que nos podem ajudar a melhorar aquilo que fazemos, “o educador deve continuar a instruir-se e aperfeiçoar o seu método e, para isto, deve, nomeadamente, poder contar com a comunidade e explorar a favor do seu ensino os dados que ela lhe fornecerá” (Rakotomalala, 1976, p. 39).

Aprendi também que é fundamental, ao longo de todo o processo educativo, refletir de uma forma permanente, sobre tudo o que vai acontecendo. Aprendi a importância de me construir como “educador reflexivo” (Alarcão, 1995, p.15), com uma atitude de questionamento, com a capacidade de utilizar o pensamento crítico como “via de atribuição de sentido às teorias, às práticas e às circunstâncias educativas.” (Alarcão, 1995, p.15).

A avaliação deverá, por isso, ser um alicerce na construção de uma melhor aprendizagem, permitindo ao educador acompanhar efetivamente o desenvolvimento da criança (e o seu próprio desenvolvimento), adequando o processo educativo às suas necessidades. Quando adequado e bem compreendido pelo educador, o método de avaliação tende a emitir alertas permanentes sobre a evolução dos seus educandos. Assim sendo, não deverá ser encarada como uma exclusiva forma de classificar o desempenho de cada criança, mas como uma ação crítica e transformadora, que permite uma reflexão atenta sobre um *mix* de variáveis sociais, emocionais, motoras e cognitivas.

A avaliação é, portanto, um processo presente no quotidiano do educador, onde todas as experiências, manifestações, vivências, descobertas e conquistas das crianças devem ser valorizadas. Neste sentido, Portugal & Laevers (2010) apontam a “importância de o educador avaliar, numa perspectiva formativa, a sua intervenção, o ambiente e os processos educativos adotados, bem como o desenvolvimento e aprendizagens de cada criança e do grupo” (pp.9-10).

No fundo, o mestrado profissionalizante fez-me (re) descobrir que nunca devemos perder a noção de que trabalhamos com pessoas (crianças, mais especificamente!) e não com objetos e, como tal, a nossa prestação pode ser fundamental no crescimento das raízes de outro ser. Jamais devemos baixar os braços e/ou deixar de explorar tudo o que estiver ao nosso alcance. Afinal de contas, prepará-

los para a vida é isso mesmo... dar-lhes a conhecer a sociedade e a vida tal e qual ela é (apesar de adaptada às idades e respetiva capacidade de encaixe), para que ganhem defesas e se tornem mais fortes e seguros à medida que crescem.

Assim, chego ao fim (e ao início de tudo) com a consciência de que, sobretudo, sou agora capaz de “promover a qualidade dos contextos de inserção do processo educativo, de modo a garantir o bem-estar [das crianças] e o desenvolvimento de todas as componentes da sua identidade individual e cultural, [de uma forma reflexiva, ética e relacional]” (Decreto-lei nº240/2001).

Bibliografia

- Alarcão, I. (1995). Princípios de formação dos educadores reflexivos. *Cadernos de Educação de Infância*, 35, pp.13-15
- Azevedo, J. (1994). *Avenidas de Liberdade: Reflexões sobre política educativa*. Porto: Edições ASA
- Cordeiro, M. (1991). *A Criança em Meio Urbano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Davies, D.; Marques, R. & Silva, P. (1993). *Os professores e as famílias – a colaboração possível*. Lisboa: Livros Horizonte
- De Ketele, J.M. & Roegiers, X. (1999). *Metodologia de recolha de dados*. Lisboa: Instituto Piaget
- Decreto-Lei nº 240/2001 de 30 de agosto. Diário da República nº 201/01 – I Série A. Ministério da Educação. Lisboa
- Estrela, M.T. (1999). Ética e formação profissional dos educadores de infância. *Cadernos de Educação de Infância*, 52, pp.27-32
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra
- Hohmann, M. & Weikart, D. (2009). *Educar a criança*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Homem, M. L. (2002). *O jardim de infância e a família: as fronteiras da cooperação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional
- Katz, L. (2006). Perspectivas actuais sobre aprendizagem na infância. *Saber (e) educar*, 11, pp.7-21
- Magalhães, G.M. (2007). *Modelo de colaboração jardim de infância / família*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Monteiro, A. R. (2005). *História da Educação*. Porto: Porto Editora
- Neves, M. C. (2006). *Da Vida na Escola – Histórias com crianças dentro*. Porto: ASA Editores
- Portugal, G., & Laevers, F. (2010). *Avaliação em Educação Pré-Escolar - Sistema de Acompanhamento das Crianças*. Porto: Porto Editora.

- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- Rakotomalala, P. (1976). *A educação no meio rural*. Lisboa: Moraes Editores.
- Reyes, M. J. (2010). *O não também ajuda a crescer*. Lisboa: Esfera dos livros
- Santos, D. (1968). *Fundamentação existencial da Pedagogia*. Lisboa: Livros Horizonte
- Santos, R.D. (1987). *Estar e Caminhar...: Para uma pedagogia do espaço urbano*. Lisboa: Escola Educadores de Infância Maria Ulrich
- Silva, P. (1996). Escola-família, uma relação entre culturas? Em Barbeiro, L. & Vieira, R. (org.), *A criança, a família e a escola – vamos brincar? Vamos aprender?* (pp.21-30). Leiria: Escola Superior de Educação de Leiria
- Silva, M. (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: ME/DEB.
- Sousa, A. (2005). *Investigação em educação*. Lisboa: Livros Horizonte
- Vasconcelos, T. (1987). Dar corda ao relógio ou uma filosofia de educação. *Cadernos de Educação de Infância*, 3, pp.16-18
- _____. (1990). Imaginar o currículo. *Cadernos de Educação de Infância*, 13, pp.18-20.
- _____. (1995). Educação para a cidadania num jardim de infância: “Tenho que ser eu”. *Cadernos de Educação de Infância*, 34, pp.13-18
- _____. (1999). Encontrar formas de ajuda necessária: o conceito de “scaffolding” (pôr, colocar andaimes): implicações para a intervenção em educação pré-escolar. *Inovação*, 12, pp.7-24
- _____. (2004). A educação de infância é uma ocupação ética. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 1, 2 e 3, pp.109-125
- _____. (2006). *A Educação de Infância – propostas de reflexão para um Debate Nacional sobre Educação*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.

Anexos

Entrevista 1

Nome:	Cristina da Cruz Pereira
Idade:	25 Anos
Anos de serviço:	3 Anos de Serviço
Escola de Formação:	ESEI Maria Ulrich
Ano em que terminou o curso:	2010

1) Instituições de área urbana onde trabalhou:

- Nome e local: Misericórdia de Sintra (Paróquia de Sintra)
- Quanto tempo (anos)? 2 Anos
- Tipo de Instituição (pública/privada)? IPSS
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? 18 crianças

2) Instituições de área rural onde trabalhou:

- Nome e local: Centro Social Paroquial de Colares
- Quanto tempo (anos)? 1 Ano
- Tipo de Instituição (pública/privada)? IPSS
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? ATL (50 crianças)

3) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI urbano **por ser urbano**?

As vantagens são que é mais abrangente, e que tem mais crianças. Está mais perto de sítios a visitar.

4) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI rural **por ser rural**?

É mais acolhedor, no sentido que as pessoas se conhecem umas às outras. Está mais perto da natureza, onde se podem realizar várias atividades. As famílias são muito disponíveis.

5) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI urbano **por ser urbano**?

Penso que nas famílias se nota alguma diferença, porque são menos disponíveis. É mais difícil sair da instituição para passear. É também menos provável haver parcerias com outras instituições.

6) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI rural **por ser rural**?

É mais difícil de realizar passagens de transportes.

7) Julga ter identificado diferenças relevantes entre o JI rural e o JI urbano em relação aos seguintes aspetos? Em caso afirmativo- descreva-as, sff.

- a) Valorização da profissão de educadora; ✕
- b) Relações de parceria e colaboração com instituições da zona envolvente; ✕
- c) Participação das famílias na vida do JI;
- d) Visitas de estudo;
- e) Capacidades e interesses das crianças.

A) Penso que no meio rural a profissão de educadora é muito mais valorizada do que no meio urbano.

B) No meio rural existe muito mais colaboração entre instituições e menos competitividade.

Entrevista 2

Nome:	BEATRIZ SOFIA PAULO SADIO
Idade:	37 ANOS
Anos de serviço:	5 ANOS
Escola de Formação:	ISCE
Ano em que terminou o curso:	2003

1) Instituições de área urbana onde trabalhou:

- Nome e local: B.B. JOCA
- Quanto tempo (anos)? 1 ANO
- Tipo de Instituição (pública/privada)? PRIVADA
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? 24

2) Instituições de área rural onde trabalhou:

- Nome e local: MORANGITO
- Quanto tempo (anos)? 4 ANOS
- Tipo de Instituição (pública/privada)? PRIVADA
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? 20

3) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI urbano **por ser urbano**?

AS CRIANÇAS NÃO FALTAVAM COM MUITA FREQUÊNCIA. ESTAVAM NO JI A HORAS, POIS OS PAIS IAM TRABALHAR, E ESTAVAM SEMPRE ANTES DE EU CHEGAR NO JI.

4) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI rural **por ser rural**?

A FAMÍLIA PARTICIPAVA, QUEE NAS ACTIVIDADES, OU IAM BUSCÁ-LOS AO JI, OS TIOS, AVÓS, PRIMOS

5) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI urbano **por ser urbano**?

NÃO CONSEGUI VER OS PAIS DAS CRIANÇAS COM TANTA FREQUÊNCIA. QUANDO PRECISAVA FALAR COM OS PAIS, DEIXAVA RECADO OU MARCAVA REUNIÃO.

6) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI rural por ser rural?

AS CRIANÇAS CHEGAVAM MAIS TARDE AO JI,
AS VEZES DEPOIS DA HORA DE TOLERÂNCIA, OS
FAMILIARES GOSTAVAM DE DAR AS SUAS OPINIÕES...

7) Julga ter identificado diferenças relevantes entre o JI rural e o JI urbano em relação aos seguintes aspetos? Em caso afirmativo- descreva-as, sff.

- a) Valorização da profissão de educadora;
- b) Relações de parceria e colaboração com instituições da zona envolvente;
- c) Participação das famílias na vida do JI;
- d) Visitas de estudo;
- e) Capacidades e interesses das crianças.

PENSO QUE NUM MODO GERAL OS PAIS/FAMÍLIA
VALORIZAM A PROFISSÃO DE EDUCADORA NAS DUAS
SITUAÇÕES.

NUM MEIO RURAL AS PESSOAS CONHECEM-SE UMAS
AS OUTRAS, COMO TAMBÉM O MEIO ENVOLVENTE, OS
VIZINHOS GOSTAM DE PARTICIPAR, DE SABER, DE
AJUDAR QUANDO LHE É SOLICITADO.

A FAMÍLIA, PAIS, IRMÃOS ETÍOS, PRIMOS, ~~ELAVOS~~, ETC
PARTICIPAVAM NAS FESTAS OU NALGUMA ACTIVIDADE
QUE ERA PROPOSTA, NO MEIO RURAL, TORNAVA-SE
MAIS DIFÍCIL A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO JI
DA ZONA URBANA, POIS MUITAS VEZES OS PAIS
ERAM OS ÚNICOS QUE CONHECIAMOS.

NA ZONA URBANA QUASE TODOS PARTICIPAVAM
NAS VISITAS DE ESTUDOS SEM DIFICULDADE, NA
ZONA RURAL AS VISITAS DE ESTUDO ERAM
REDUZIDAS DEVIDO AOS CURSOS QUE IMPLICAVAM.

O GRUPO ETÁRIO QUE EU TRABALHEI NO JI URBANO
ERA MUITO NOVO, 2/3 ANOS, JÁ NO JI RURAL, AS
CRIANÇAS ERAM MAIS VELHAS, DAI HAVER DIFERENÇAS
MAS APENAS A IDADE SER O FACTOR PRINCIPAL.

Entrevista 3

Nome:	Márcia Eulós
Idade:	35
Anos de serviço:	13
Escola de Formação:	ESEI MAULRICH
Ano em que terminou o curso:	2000 - Licenciatura 2012 - Mestrado

1) Instituições de área urbana onde trabalhou:

- Nome e local: Aescalinha do largo
- Quanto tempo (anos)? 2
- Tipo de Instituição (pública/privada)? privada
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? 18

2) Instituições de área rural onde trabalhou:

- Nome e local: e.s.p. Colares
- Quanto tempo (anos)? 3
- Tipo de Instituição (pública/privada)? IPSS
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? 17

3) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI urbano **por ser urbano?**

- Ser mais fácil deslocar o grupo em visitas sem precisar de transporte pago
- Mais oferta de instituições / serviços / parques...

4) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI rural **por ser rural?**

- uma comunidade mais próxima e envolvida

5) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI urbano **por ser urbano?**

- As muitas horas que as crianças passavam na escola, desde muito cedo em muito pequenas

6) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI rural **por ser rural**?

- Ser mais difícil de planejar visitas por sair muito caro o transporte.

7) Julga ter identificado diferenças relevantes entre o JI rural e o JI urbano em relação aos seguintes aspetos? Em caso afirmativo- descreva-as, sff.

- a) Valorização da profissão de educadora;
- b) Relações de parceria e colaboração com instituições da zona envolvente;
- c) Participação das famílias na vida do JI;
- d) Visitas de estudo;
- e) Capacidades e interesses das crianças.

b) a colaboração com instituições é uma vantagem em meio rural mas mais difícil de desenvolver por motivos logísticos

d) já descrevi nas vantagens e inconvenientes

Entrevista 4

Nome:	VANDA CARDOSO
Idade:	35
Anos de serviço:	13
Escola de Formação:	ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE USBOA
Ano em que terminou o curso:	1999

1) Instituições de área urbana onde trabalhou:

- Nome e local: Sítio do Pica-Pau Amarelo
- Quanto tempo (anos)? 1
- Tipo de Instituição (pública/privada)? privada
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? 18

2) Instituições de área rural onde trabalhou:

- Nome e local: Centro Social Paroquial de Colares
- Quanto tempo (anos)? 12
- Tipo de Instituição (pública/privada)? privada
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? 21

3) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI urbano por ser urbano?

Não encontrei nenhuma vantagem específica.

4) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI rural por ser rural?

Existe uma maior ligação escola/família.
Maior oportunidade em sair com as crianças para explorar a Comunidade.

5) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI urbano por ser urbano?

A impossibilidade de sair com as crianças para o exterior.

6) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI rural por ser rural?

Como existe uma grande ligação escola/família por vezes os pais tendem a tentar ultrapassar um pouco as regras.

7) Julga ter identificado diferenças relevantes entre o JI rural e o JI urbano em relação aos seguintes aspetos? Em caso afirmativo- descreva-as, sff.

- a) Valorização da profissão de educadora; Não
- b) Relações de parceria e colaboração com instituições da zona envolvente; Não
- c) Participação das famílias na vida do JI; Sim
- d) Visitas de estudo; Não
- e) Capacidades e interesses das crianças. Não

- c) - Os pais estão mais presentes na escola (J.I. Rural)
- Uma maior comunicação na entrega e na saída das crianças (J.I. Rural)
 - Maior ~~participação~~ participação nas atividades do J.I. (J.I. Rural)

Entrevista 5

Nome:	MAFALDA VAZANDAS
Idade:	37 ANOS
Anos de serviço:	14 ANOS
Escola de Formação:	Instituto Superior Ciências Educativas (I.S.C.E.)
Ano em que terminou o curso:	1998

1) Instituições de área urbana onde trabalhou:

- Nome e local: AMADORA
- Quanto tempo (anos)? 1 ANO
- Tipo de Instituição (pública/privada)? PRIVADA
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? 16 crianças (creche)

2) Instituições de área rural onde trabalhou:

- Nome e local: ALMOGAGEM
- Quanto tempo (anos)? 10 ANOS
- Tipo de Instituição (pública/privada)? IPSS
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? 20 crianças (creche)

3) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI urbano **por ser urbano**?

MAIS RESPEITO E VALORIZAÇÃO DA EDUCADORA PELOS PAIS/ LINGUAGEM (VOCABULÁRIO MAIS RICO E VARIADO - CRIANÇAS /

4) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI rural **por ser rural**?

MAIS RELAÇÃO ESCOLA / FAMÍLIA
MAIOR RECONHECIMENTO DOS PROBLEMAS SÓCIO-ECONÓMICOS (problemática que possa influenciar as crianças)/ MAIS PARCERIAS

5) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI urbano **por ser urbano**?

AS CRIANÇAS PASSAM MAIS TEMPO NA ESCOLA

6) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI rural **por ser rural**?

VOCABULÁRIO MENOS RICO E VARIADO

7) Julga ter identificado diferenças relevantes entre o JI rural e o JI urbano em relação aos seguintes aspetos? Em caso afirmativo- descreva-as, sff.

- a) Valorização da profissão de educadora;
- b) Relações de parceria e colaboração com instituições da zona envolvente;
- c) Participação das famílias na vida do JI;
- d) Visitas de estudo;
- e) Capacidades e interesses das crianças.

- a) Sinto maior valorização no meio urbano
- b) Relações de parceria com instituições são mais abrangentes no meio rural
- c) Maior participação das famílias no JI rural, ao nível das atividades
- d) Mais visitas de estudo em zonas urbanas
- e) As capacidades e os interesses são distintos e variados, penso que talvez as crianças das cidades são mais vocacionadas para o mundo Global em que vivemos e as do meio rural mais ligadas à cultura do meio envolvente.

Entrevista 6

Nome:	Lúcia Simões
Idade:	40
Anos de serviço:	15
Escola de Formação:	ISCE
Ano em que terminou o curso:	1997

1) Instituições de área urbana onde trabalhou:

- Nome e local: Cacém - Escola nº1 Agualva
- Quanto tempo (anos)? 5 e meio
- Tipo de Instituição (pública/privada)? pública
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? 20/25

2) Instituições de área rural onde trabalhou:

- Nome e local: CSP Colares
- Quanto tempo (anos)? 10
- Tipo de Instituição (pública/privada)? privada
- Número de crianças no grupo (aproximadamente)? 20

3) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI urbano **por ser urbano**?

Vantagens de me poder deslocar, facilmente, a pé à Biblioteca e Centro Lúdica, devido à proximidade.

4) Quais são as VANTAGENS que encontrou no JI rural **por ser rural**?

Vantagem de conhecer toda a comunidade educativa e haver uma maior ligação entre a escola e esta.

5) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI urbano **por ser urbano**?

Não encontrei nenhum inconveniente por ser um JI urbano.

6) Quais são os INCONVENIENTES que encontrou no JI rural **por ser rural**?

Devido à proximidade e maior disponibilidade das famílias, por vezes, estas ultrapassam um pouco as Regras.

7) Julga ter identificado diferenças relevantes entre o JI rural e o JI urbano em relação aos seguintes aspetos? Em caso afirmativo- descreva-as, sff.

- a) Valorização da profissão de educadora; não
- b) Relações de parceria e colaboração com instituições da zona envolvente; não
- c) Participação das famílias na vida do JI; não
- d) Visitas de estudo; sim
- e) Capacidades e interesses das crianças. não

7- d) Desceita na pergunta três.